



Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. | CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP | www.triunfo.com



Relatório da Administração 2010

1. Aos acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, ajustado às práticas contábeis vigente, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Os demais documentos produzidos pela Triunfo para serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2011, na sede da Companhia, estão disponíveis no website (www.triunfo.com) e na sede.

2. Apresentação

A Triunfo Participações e Investimentos S.A. é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com forte atuação nos segmentos de concessões rodoviárias e geração de energia e de administração portuária. Está listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, desde 2007. Desde 1999, a Triunfo atua no segmento rodoviário por meio de suas controladas Concepa, Concer e Econorte, três rodovias estrategicamente localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Detém também participação acionária majoritária na Rio Gualiba, Rio Bonito e Rio Tibagi, empresas que prestam serviços gerais às suas concessionárias.

A Companhia compartilha o controle de uma sociedade autorizada a explorar o Terminal Portuário de Navegantes, através da Portonave, qualificada como o mais moderno do país, destinado à movimentação de contêineres. A Portonave controla 100% da Iceptop, uma *trading company* que movimenta carga própria e possui uma câmara frigorificada com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carne congelada.

A Triunfo é ainda titular, através da controlada Rio Verde, de uma concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Salto, localizada no Estado de Goiás, com capacidade instalada de 116MW. A Rio Verde iniciou sua operação no segundo trimestre de 2010. Na área de geração de energia, Triunfo constituiu, em 2010, a Rio Canoas Energia S.A. para implantar e administrar a UHE Garibaldi, em Santa Catarina. O empreendimento já recebeu a Licença Ambiental de Instalação e o início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2011.

A Companhia possui uma área de 190 hectares no Porto de Santos, que futuramente será destinada a empreendimento portuário por meio da Santa Rita S.A. – Terminais Portuários, da qual detém 88% de participação. O projeto aguarda parecer do IBAMA quanto à emissão da Licença Ambiental Prévia. Através da Maestra Navegação e Logística, a Triunfo estrutura o início da operação comercial do serviço de cabotagem, em 2011.

A Triunfo baseia sua estratégia de crescimento na diversificação de seu portfólio, através de projetos bem estruturados com foco na geração de valor aos acionistas.

As principais companhias nas quais a Triunfo detém participação acionária estão listadas a seguir:

Empresa	Sedimento	Estado	Participação (%)
Concepa	Rodoviário	RS	100
Concer	Rodoviário	RJ-MG	62,5
Econorte	Rodoviário	PR	100
Rio Bonito	Rodoviário	RJ-MG	62,5
Rio Gualiba	Rodoviário	RS	100
Rio Tibagi	Rodoviário	PR	100
Portonave	Portuário	SC	50
Santa Rita	Logística	SP	88
Maestra	Logística	SP	100
NTL	Logística	SP	65
Vessel	Logística	SP	65
Rio Canoas	Geração de Energia	SC	100
Rio Verde (i)	Geração de Energia	GO	100

(i) Em 31 de dezembro de 2010 a participação na controlada Rio Verde encontrava-se destinada à venda.

3. Mercado Rodoviário

O setor rodoviário brasileiro é especialmente importante pela grande participação que detém no volume de cargas. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o modal rodoviário respondeu por mais de 60% do total transportado no país, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica



Aplicada – IPEA. Excluindo-se o transporte do minério de ferro, as rodovias respondem por mais de 70% das cargas gerais. Esta situação reflete um processo que se estendeu por várias décadas no qual predominou o crescimento rápido do segmento rodoviário. Essa dependência econômica por uma única via de transporte com boas condições de tráfego foi o que motivou o início das concessões rodoviárias.

A acentuada escassez de recursos públicos levou a uma crescente deterioração da qualidade das rodovias, exigindo vultosos investimentos para recuperação, manutenção, operação e ampliação da malha. Neste quadro, os recursos do setor privado passaram a ser cotejados como alternativa a essa crise.

As concessões começaram modestamente a partir de 1995 e nos últimos anos ganharam importância e passaram a ser realizadas em escala crescente. A evolução da quantidade de trechos sob concessão da iniciativa privada foi gradativa desde então. No final de 2010, já somavam 53 trechos, distribuídos por nove estados brasileiros. O Governo do Estado de São Paulo foi o responsável pela última e única licitação do setor em 2010, com o leilão do trecho sul e leste do Rododanel Mario Covas.

O tráfego de veículos equivalentes em todas as concessões brasileiras, segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia – ABCR cresceu 7,9% em 2010, se comparado a 2009. Segundo a ABCR, as perspectivas para o setor, que já vem acumulando evoluções significativas, são de crescimento considerável. Em virtude da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, os investimentos em infraestrutura devem crescer. Concessões de novas rodovias e expansão das atuais são alguns exemplos de projetos que deverão acontecer no curto e médio prazo.

Portuário

O sistema portuário brasileiro tem sido fundamental para o comércio internacional praticado pelo Brasil, uma vez que a movimentação de cargas nos portos aumenta à medida que crescem os volumes de importação e exportação. O transporte de cargas pelos portos brasileiros é conhecido por sua versatilidade e pelos custos proporcionalmente reduzidos quando comparados aos de outros modais.

Com uma costa de 8,5 mil quilômetros navegáveis, o Brasil possui um setor portuário que movimenta anualmente mais de 700 milhões de toneladas das mais diversas mercadorias e responde, sozinho, por mais de 90% das exportações. Segundo a Secretaria Especial de Portos – SEP, o sistema portuário nacional possui 37 portos públicos – marítimos e fluviais. Deste total, há 18 portos delegados, concedidos ou administrados, mediante autorização, pelos governos estaduais e municipais. Existem ainda 42 terminais de uso privativo e três complexos portuários que operam sob concessão à iniciativa privada. Há também 62 portos secos em funcionamento em diversos estados brasileiros.

Até 1990 o sistema portuário nacional era formado essencialmente por portos administrados e operados pela Portobrás e pelas Companhias Docas de cada Estado da Federação. No entanto, em consonância com o processo de desestatização, a Portobrás acabou sendo extinta, de forma que, em fevereiro de 1993, foi publicada a Lei nº 8.630 ("Lei 8.630"), conhecida como Lei de Modernização dos Portos, regulamentando a participação da iniciativa privada no setor. Essa lei permitiu que empresas privadas operassem terminais localizados em portos organizados no Brasil, com a finalidade de operar cargas próprias e de terceiros.

Após a edição da Lei 8.630, as operações e exploração das áreas portuárias passaram gradualmente a ser realizadas pela iniciativa privada, por intermédio dos operadores portuários, o que favoreceu a realização de investimentos em infraestrutura e a modernização da operação portuária no Brasil com vistas a: (i) reduzir o tempo de espera e de permanência dos navios na barra e nos portos; (ii) permitir a exploração de cargas de terceiros em terminais de uso privativo, antes limitado às cargas próprias; (iii) promover a concorrência entre terminais e entre portos, por meio do arrendamento das instalações e de terminais a empresas privadas; e (iv) adequar à quantidade de mão de obra na operação portuária, segundo os novos processos tecnológicos e produtivos.

A infraestrutura portuária ainda representa um grande entrave ao desenvolvimento do setor, o que consequentemente restringe o crescimento do comércio internacional. Os principais problemas que podem ser destacados são a falta de dragagem, dificuldade de acesso e congestionamentos de trens e caminhões, além de aspectos gerenciais, como falta de integração dos sistemas de informação.

A questão cambial alterou a característica da movimentação de cargas nos portos brasileiros, em 2010. "Em virtude da valorização do real frente às outras moedas, em 2010, observamos um incremento no ritmo das importações."

Geração de Energia

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a matriz energética brasileira é composta por um total de 2.359 empreendimentos de geração de energia em operação no Brasil, com possibilidade de gerar aproximadamente 114.000.000KW de potência. Está prevista para os próximos anos uma adição de 47.000.000KW na capacidade de geração do país, proveniente dos 128 empreendimentos atualmente em construção e mais 477 empreendimentos com concessão e/ou autorização outorgada.

As usinas hidrelétricas geram, aproximadamente, 66% de toda a energia elétrica produzida no Brasil. O restante da produção é gerado por usinas termelétricas que utilizam gás natural, petróleo, carvão vegetal ou mineral, biomassa ou combustível nuclear e usinas eólicas.

Encerrado o ano de 2010, o consumo nacional de energia elétrica registrou expansão de 7,8% ante 2009, totalizando o montante de 419.016 GWh, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

De acordo com a EPE, o mercado de energia elétrica em 2010 foi favorecido pelo desempenho da economia, com destaque para o mercado interno, impulsionado pelo crescimento do emprego e da renda e pelo aumento da oferta de crédito. As classes residencial e comercial mantiveram patamar elevado de crescimento no ano, e o consumo industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009 após a crise deflagrada em 2008.

O consumo industrial de energia elétrica na rede liderou a expansão do mercado em 2010, contribuindo com 4,5 pontos percentuais na taxa anual de 7,8% do consumo total. Em 2010, a indústria consumiu 183.743 GWh, com aumento de 10,6% sobre 2009.

Para 2011, a EPE prevê uma expansão de 5,4% na demanda de energia, com destaque novamente para o consumo industrial.

4. Desempenho Operacional

Os dados abaixo são referentes a 100% das empresas.

Segmento rodoviário

A Triunfo está entre as mais importantes companhias do setor de concessões rodoviárias do país. As rodovias que opera estão localizadas nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Companhia opera cerca de 640 quilômetros de rodovias.

Na tabela a seguir apresentamos os principais dados das Concessões Rodoviárias:

Concessionária	Rodovia	Estado	Extensão Administrada	Data da Concessão	Término da Concessão
Concepa	BR-290	RS	121,0 km	04/07/1997	jul/17
Concer	BR-040	RJ/MG	180,6 km	31/10/1995	out/20
Econorte	BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470	PR	339,08 km	14/11/1997	nov/21
Total			640,68 km		

Tráfego de nossas rodovias (+10,8%)

Analisando o desempenho acumulado de 2010 observa-se um acréscimo de 10,8% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 469.947 mil veículos equivalentes. O desempenho individual das concessionárias Concer, Concepa e Econorte neste período foi um crescimento de 8,8%, 11,8% e 12,3%, respectivamente. O crescimento de 10,8% é reflexo da recuperação da economia brasileira e incremento da produção industrial.

	2010	2009	Variação
Tráfego equivalente total	70.985	64.085	10,8%
CONCER	26.629	24.475	8,8%
Participação no tráfego total	37,5%	38,2%	-0,7 p.p.
Veículos pesados (mil)	13.440	11.740	14,5%
Participação no tráfego total	18,9%	18,3%	0,6 p.p.
Veículos leves (mil)	13.188	12.734	3,6%
Participação no tráfego total	18,6%	19,9%	-1,3 p.p.
CONCEPA	30.416	27.201	11,8%
Participação no tráfego total	42,8%	42,4%	0,4 p.p.
Veículos pesados (mil)	14.518	12.677	14,5%
Participação no tráfego total	20,5%	19,8%	0,7 p.p.
Veículos leves (mil)	15.898	14.524	9,5%
Participação no tráfego total	22,4%	22,7%	-0,3 p.p.
ECONORTE	13.940	12.410	12,3%
Participação no tráfego total	19,6%	19,4%	0,3 p.p.
Veículos pesados (mil)	8.985	7.777	15,5%
Participação no tráfego total	12,7%	12,1%	0,5 p.p.
Veículos leves (mil)	4.955	4.633	7,0%
Participação no tráfego total	7,0%	7,2%	-0,2 p.p.

Arrecadação de pedágios em nossas rodovias (+15,9%)

O desempenho consolidado do acumulado de 2010 foi um crescimento de 15,9% na arrecadação de pedágios em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 469.947 mil. Este incremento pode ser explicado pelas variações das duas principais componentes: [i] crescimento de 10,8% no tráfego de veículos equivalentes; [ii] 4,6% de aumento na tarifa efetiva média do período.

	2010	2009	Variação
Arrecadação de Pedágio (R\$ mil)	469.947	405.395	15,9%
Tráfego de veículos equivalentes (mil)	70.985	64.085	10,8%
Tarifa média efetiva	6,62	6,33	4,6%
CONCER	191.307	169.221	13,1%
Tarifa média efetiva	7,18	6,91	3,9%
Participação sobre arrecadação total	40,7%	41,7%	-1,0 p.p.
CONCEPA	150.533	125.880	19,6%
Tarifa média efetiva	4,95	4,63	6,9%
Participação sobre arrecadação total	32,0%	31,1%	0,9%
ECONORTE	128.107	110.293	16,2%
Tarifa média efetiva	9,19	8,89	3,4%
Participação sobre arrecadação total	27,3%	27,2%	0,1 p.p.

Segmento Portuário:

Portonave:

O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 582.137 TEUs em 2010. O que representa um crescimento de 40,6% em volume de movimentação quando comparado ao mesmo período de 2009. No comparativo da tarifa média efetiva por TEU, observamos uma redução de 9,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 195,03/TEU, principalmente em razão do mix de serviços ofertados. Neste período observou-se que 69,1% dos serviços prestados corresponderam à movimentação de caixas cheias, enquanto 30,8% referiam-se a caixas vazias. A receita apresentada abaixo reflete apenas a movimentação de TEUs e prestação de serviços do terminal portuário, sem levar em conta as receitas obtidas pela Iceptop, subsidiária integral da Portonave:

	2010	2009	Variação
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	207.570	144.447	43,7%
Composição da receita Operacional Bruta			
Arrecadação – Movimentação no Cais (R\$ mil)	113.535	87.748	29,4%
Outras Receitas (R\$ mil)			
TEUs – Twenty-foot equivalent unit	582.137	413.968	40,6%
Tarifa média efetiva (R\$/TEU)	195,03	215,58	-9,5%

Iceptop:

Devido ao incêndio que destruiu a câmara frigorífica, em novembro de 2009, durante o ano de 2010, a Iceptop prestou apenas serviço da *trading*. A operação de estocagem foi retomada em fevereiro de 2011, após reforma total da câmara.

A Receita Operacional Bruta da Iceptop em 2010 foi de R\$45.127 mil. Em 2010 já foram contabilizadas a provisão de receita de seguro por perda de receita no valor de R\$ 18.173 mil. As receitas de seguro não são consideradas tributáveis, portanto no acumulado de 2010 na Iceptop só foram registrados R\$ 1.755 dos tributos referentes aos serviços de importação.

	2010
Receita operacional bruta (R\$ mil)	45.127
Receita com movimentação (in-out) (R\$ mil)	–
Outras receitas (R\$ mil)	–
Trading (R\$ mil)	45.127
Tributação sobre Receita (R\$ mil)	1.755
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	43.372

Geração de energia:

A primeira turbina da Rio Verde Energia entrou em operação comercial em maio de 2010 e a segunda em agosto do mesmo ano. No acumulado de 2010, a receita operacional bruta foi de R\$ 58.696 mil, composta por: [i] receita de geração de energia; [ii] receita decorrente de lastro de energia para a CEMIG; [iii] receita decorrente de TUST e de devolução de lastro de energia da CCEE (R\$3.442 mil). O tributo atê o momento atingiu R\$ 2.142 mil, 3,6% sobre a receita bruta, composto de PIS (0,65%) e COFINS (3,0%), haja vista que para 2010 o regime adotado é o lucro presumido, resultando em uma Receita Operacional Líquida de R\$56.554 mil.

	2010
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	58.696
Composição da receita operacional bruta	
Geração de Energia (R\$ mil)	45.698
Participação sobre receita operacional bruta	77,9%
Lastro de Energia (R\$ mil)	6.230
Participação sobre receita operacional bruta	10,6%
Outras Receitas	6.768
Participação sobre receita operacional bruta	11,5%
Tributação sobre a receita (R\$ mil)	2.142
Participação sobre receita operacional bruta	3,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	56.554

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro dos interesses e estratégias da Triunfo.

Diante disso, em 31 de dezembro de 2009, o investimento na controlada Rio Verde foi transferida para a rubrica "Participações a Comercializar", no ativo circulante, levando-se em consideração a expectativa do prazo de negociação desse investimento, dentro das premissas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2010, a Companhia manteve compromissos firmes de venda e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da entidade, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a entidade continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica "Participações a comercializar" na demonstração financeira individual porém, segregado entre "Ativos e Passivos de Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

5. Desempenho da Companhia no Exercício

Receita Operacional Bruta (+21,1%)

Nossa receita operacional bruta consolidada no ano de 2010 foi de R\$594.054, um aumento de 21,1% quando comparado com 2009.

	2010	2009	Variação
Receita Operacional Bruta (ROB)	594.054	490.675	21,1%
• Arrecadação de pedágio	398.206	341.940	16,5%
• Operação de cargas de terceiros	103.553	74.216	39,5%
• Operação de carga própria	22.681	5.862	286,9%
• Construção de ativos das concessões de rodovia	64.983	63.673	2,1%
• Outras receitas	4.631	4.984	-7,1%

Deduções da Receita Operacional Bruta (+22,0%)

As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2010 totalizaram R\$ 48.181 e representam um aumento de 22,0% quando comparadas com o mesmo período de 2009.

	2010	2009	Variação
Deduções da Receita Bruta	(48.181)	(39.501)	22,0%
Receita Operacional Líquida (ROL)	545.873	451.174	21,0%

Os principais fatores de aumento da receita operacional líquida foram:

- O aumento do tráfego nas rodovias apresentou um crescimento de 10,8%, um aumento de aproximadamente R\$ 37.935 na ROL.
- Os reajustes das tarifas de pedágio representaram um aumento de 4,7% na tarifa média efetiva, que correspondem a um aumento de aproximadamente R\$ 18.330 na ROL na comparação ano a ano.
- As operações com carga própria na Portonave, realizadas através da Iceptop, apresentaram um aumento de 286,9%, um incremento de R\$ 16.819 na ROL quando comparado com 2009.
- A operação de movimentação de contêineres apresentou um aumento de 40,6% na comparação com 2009, um aumento na receita de R\$ 29.337 na ROL. Em 2009 a operação de movimentação de contêineres da Portonave foi afetada pelo assoreamento do canal, consequência das fortes chuvas que ocorreram em Santa Catarina.

Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, foram reconhecidos os montantes de R\$ 64.983 em 2010 e de R\$ 63.673 em 2009, referentes a receitas de construção nas concessionárias de rodovias. Essa receita é reconhecida contra o ativo intangível e representa o direito de arrecadação de pedágio nos próximos exercícios, que será amortizada pela curva de tráfego.

Custos Operacionais (+16,0%)

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, a amortização dos investimentos nas obras de melhoria e ampliação realizadas nas rodovias e nas instalações portuárias e os gastos com pessoal nas operações rodoviária e portuária.

	2010	2009	Variação
Custos Operacionais	(342.449)	(295.268)	16,0%
• Operação, manutenção e conservação de rodovias	(59.644)	(56.285)	6,0%
• Custo de construção	(64.983)	(63.673)	2,1%
• Operação portuária	(35.666)	(17.041)	109,3%
• Custo com pessoal	(37.066)	(28.096)	31,9%
• Depreciação do imobilizado	(37.070)	(48.284)	-23,2%
• Amortização do intangível	(95.014)	(69.448)	36,8%
• Obrigações da concessão	(13.006)	(12.441)	4,5%

Os custos operacionais totalizaram R\$ 342.449 em 2010, representando um aumento de 16,0% quando comparados ao ano de 2009, e correspondem a 62,7% da receita operacional líquida em 2010 (65,4% em 2009). Houve uma redução de 2,7 pontos percentuais em relação à receita operacional líquida, que representa o ganho de margem dos negócios da Companhia.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento nos custos operacionais foram:

- O aumento nos custos com operação portuária, principalmente em decorrência do crescimento na operação de *trading*, de R\$ 18.625. Além desse fator, o custo com a operação portuária segue o crescimento de receita e engloba basicamente o consumo de combustível, energia elétrica e a manutenção dos equipamentos.
- O aumento nos custos com pessoal, principalmente na Portonave, que ampliou seu quadro de 600 para 718 funcionários durante o ano de 2010, e do acordo firmado entre a operadora portuária com o OGMO no segundo semestre de 2010.
- Os principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis foram:
- O reconhecimento dos custos de construção, nos mesmos montantes da receita de construção, que correspondem aos investimentos realizados nas rodovias.
- O aumento da depreciação decorrente da parcela realizada do custo atribuído ao ativo imobilizado da Portonave, no montante de R\$ 29.055 em cada um dos anos, ajustados pela reversão da depreciação no montante de R\$ 56.993 em 2010 e R\$ 56.695 em 2009 nas concessionárias de rodovias, que passaram a ter os investimentos amortizados como intangíveis.
- A amortização dos investimentos, conforme mencionado no parágrafo anterior, pela curva de tráfego, representou um aumento de R\$ 95.008 e de R\$ 69.448 nos anos de 2010 e 2009, respectivamente.
- A constituição da provisão para manutenção de pistas, nos montantes de R\$ 8.052 e de R\$ 14.557 em 2010 e 2009, respectivamente, reconhecidos na rubrica "Operação, manutenção e conservação de rodovias".

Despesas Operacionais (+13,2%)

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelos gastos com pessoal, que incluem a remuneração da administração e do pessoal de apoio administrativo, pela depreciação de itens alocados no departamento administrativo, pela amortização do ágio pago sobre investimentos adquiridos, pelo resultado da alienação de itens do permanente e dos saldos contábeis dos itens baixados do imobilizado, diferido e intangível além de outras receitas extraordinárias.

	2010	2009	Variação
Despesas Operacionais	(18.160)	(69.627)	13,2%
• Despesas gerais e administrativas	(41.201)	(39.727)	3,7%
• Remuneração dos administradores	(11.825)	(8.583)	37,8%
• Despesas com pessoal	(25.947)	(20.144)	28,8%
• Depreciação do imobilizado	(7.600)	(6.931)	9,7%
• Amortização de ágio sobre investimentos	(2.581)	(3.306)	-21,9

Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com

... continuação do Relatório da Administração

	2010	2009	Variação
Receita operacional líquida (ROL)	545.873	451.174	21,0%
Receita de construção	(64.983)	(63.673)	2,1%
Receita operacional líquida ajustada (ROL)	480.890	387.501	24,1%
Lucro líquido (prejuízo) do período	33.985	45.287	-25,0%
Imposto de renda e contribuição social	16.301	20.759	-21,5%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	84.014	18.485	354,5%
Despesas (receitas) não recorrentes ⁷	(5)	10.260	-100,0%
Resultado de participação descontinuada	(5.723)	2.525	-326,7%
Participação de acionistas não controladores	(3.313)	(212)	1462,7%
Receita de construção	(64.983)	(63.673)	2,1%
Custo de construção	64.983	63.673	2,1%
Ajuste da amortização do intangível ^{8 e 10}	(3.319)	(6.614)	-49,8%
Provisão para manutenção	8.052	14.549	-44,7%
EBIT ajustado	129.992	105.039	23,8%
Margem EBIT ajustado (sobre ROL) ⁹	26,5%	26,5%	0,0 p.p.
Depreciações e amortizações ¹⁰	145.584	134.582	8,2%
EBITDA ajustado	275.576	239.623	15,0%
Margem EBITDA ajustado (sobre ROL) ⁹	56,2%	60,2%	-4,0 p.p.

⁷ As despesas não recorrentes de 2009 incluem os gastos com a controlada Convale.

⁸ Efeito do ajuste da amortização do intangível pela curva de frágio.

⁹ Para cálculo das margens EBITDA e EBIT a receita líquida foi ajustada pelas indenizações de seguros nos montantes de R\$ 10.612 em 2009 e de R\$ 9.038 em 2010.

¹⁰ Para cálculo do EBITDA ajustado dos efeitos do IFRS o efeito do ajuste da amortização do intangível é eliminado.

Os principais fatores para o aumento do EBITDA foram:

- Um aumento de 16,0% no EBITDA do segmento de rodovias, que atingiu R\$ 244.732, ante um EBITDA de R\$210.972 em 2009.
- Um aumento de 34,3% no EBITDA do segmento de operação portuária, que atingiu R\$60.879, ante um EBITDA de R\$45.317 em 2009.

Adicionalmente, as despesas da controladora e dos demais projetos em desenvolvimento, que ajustam o EBITDA nos dois períodos, apresentaram um aumento de 80,2% na comparação dos exercícios, representada pelos montantes de R\$ 30.035 e de R\$16.667 em 2010 e 2009, respectivamente.

	2010	2009	Variação
Endividamento (i) de Curto Prazo	179.933	149.387	20,4%
Endividamento (i) de Longo Prazo	448.754	372.742	20,4%
Dívida Bruta	628.687	522.129	20,4%
Disponibilidades (ii)	103.543	57.529	80,0%
Dívida Líquida	525.144	464.600	13,0%

(i) Considera empréstimos, financiamentos e debêntures.

(ii) Caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

O endividamento considera os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados ou emitidos para financiar os investimentos da controladora em novos projetos e em suas controladas para o financiamento dos investimentos previstos nos contratos de concessão.

A dívida líquida consolidada da Triunfo no ano de 2010 totalizou R\$525.144, e apresentou um aumento de 13,0% em relação ao saldo de R\$464.600 do final do exercício de 2009.

Em dezembro de 2010 e de 2009 a participação na controlada Rio Verde encontrava-se classificada como Operações Descontinuadas, em razão da intenção de venda do ativo pela Companhia, razão pela qual deixou de ser consolidada nas demonstrações financeiras desses exercícios. Caso fosse consolidada, a dívida líquida passaria a ser de R\$ 867.567, e representaria um aumento de 10,5% se comparada com a dívida de R\$ 785.459 em 2009, em função do financiamento obtido por essa controlada junto ao BNDES para construção da Usina Salto.

Adicionalmente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA no exercício de 2010 é de 1,9 vezes, mantendo-se estável se comparado a 2009. Caso fosse considerada a dívida da Rio Verde, esse índice seria de 2,8 vezes, uma redução de 0,5 pontos percentuais se comparada ao índice de 2009.

6. Responsabilidade social e ambiental

A Triunfo e suas controladas atuam em projetos de desenvolvimento sustentável através de ações de valorização social, cultural e ambiental.

Em 2010, além dos projetos individuais das controladas, a Triunfo iniciou o processo de unificação das ações ambientais e sociais. A partir de agora, haverá uma unidade entre as coligadas no que diz respeito ao desenvolvimento e à implantação das campanhas.

O primeiro passo para iniciar a unificação foi a escolha dos selos que serão estampados nas diversas peças publicitárias.

O conceito do projeto girou em torno da palavra “bem”. A escolha desse vocábulo deu-se por ele carregar um significado positivo, além de ser pequeno, de fácil memorização e representar um aperfeiçoamento moral do cidadão e, consequentemente, da sociedade. Para humanizar as campanhas, foram criados dois mascotes para estampar as peças publicitárias quando necessário.

Diversas ações são desenvolvidas por nossas coligadas, entre elas:

Concepa:

Educação no Trânsito: Em 2010, a Concepa, em parceria com o Detran-RS, desenvolveu um vídeo educativo, abordando diversos temas de segurança no trânsito. O vídeo será fornecido aos CFCs, para uso em aula, e disponibilizado na Internet para escolas, universidades e outros interessados.

Operação Delta – A Operação Delta tem por objetivo conscientizar os moradores da região sobre a responsabilidade ecológica, abordando assuntos como lixões, reciclagem de lixo e preservação ambiental. Em 2010, a Concepa realizou a quarta edição da Operação Delta e recolheu 19 toneladas de lixo na Ilha das Flores. O mutirão foi realizado nas proximidades da BR-290 e também nas

áreas internas da ilha.

Programa Bem Viver – O programa Bem Viver é realizado pela área de Segurança e Medicina do Trabalho da Concepa e contou, em 2010, com ações focadas nos seguintes temas: Saúde da Mulher, Tabagismo e Hipertensão.

Concer:

Um Freio na Fome – Campanha anual, deslançada sempre no fim do ano, com o objetivo de arrecadar cestas básicas para famílias de baixa renda que vivem em regiões próximas à BR-040. A campanha mobiliza funcionários, fornecedores, prestadores de serviço, instituições parceiras e o próprio usuário da rodovia. As doações são feitas em urnas disponíveis nas praças de pedágio da BR-040 e na sede da Concer. A edição de 2010 registrou um recorde de arrecadação, com 24,2 toneladas de alimentos distribuídos a 2,4 famílias. O volume foi quase 80% maior do que do ano anterior. A campanha acontece desde 2002.

Concerto no Trânsito – O Projeto Concerto no Trânsito dissemina regras básicas de segurança no trânsito, visando despertar a atenção das crianças no que diz respeito aos perigos reais existentes nas rodovias. É um trabalho voltado para os alunos das escolas públicas dos municípios que atravessam a Rodovia BR-040, no trecho entre Juiz de Fora-Rio.

Caminhos da Fauna – Voltado à redução de atropelamentos de animais silvestres que habitam a Mata Atlântica existente às margens da BR-040, principalmente na serra de Petrópolis. O projeto já identificou 40 espécies de animais na região, permitindo mapear trilhas e hábitos de deslocamento. Com isso, foi possível adotar medidas simples que reduzem a presença desses animais na rodovia, o que traz mais segurança aos usuários e à própria vida silvestre.

Econorte:

Projeto Pingo D’Água – O projeto tem o objetivo de sensibilizar os jovens cidadãos da Bacia do Tibagi sobre os problemas ambientais e incentivá-los na busca por soluções, através de elaboração de materiais educativos para alunos da rede pública dos municípios da região. Em 2010, o projeto foi reconhecido através de Concurso Nacional realizado pelo Ministério do Meio Ambiente como o mais bem sucedido projeto de práticas Inovadoras em Revitalização de Bacias Hidrográficas do Brasil. É uma parceria da Econorte com o Copati – Consórcio do Rio Tibagi.

Semana Nacional do Trânsito – Sempre com um tema específico, em 2010, a Semana Nacional do Trânsito da Econorte realizou distribuição de folhetos educativos com orientações de segurança para motociclistas.

Portonave

Portonave Novos Rumos – Consciente da importância de qualificar e preparar os jovens para o futuro, a Portonave desenvolveu o programa Novos Rumos, que fomenta o empreendedorismo em jovens de 16 a 21 anos, matriculados em escolas públicas e com renda familiar inferior a um salário mínimo.

Embarque no Saber – O programa leva, mensalmente, à Navegantes, palestras atuais e de interesse coletivo que atraem a comunidade. Abertas ao público, essas palestras já reuniram mais de mil pessoas desde a criação do projeto, em abril de 2008.

Monitoramento da Qualidade do Ar – O programa de monitoramento da qualidade do ar tem como objetivo identificar as emissões atmosféricas resultantes principalmente, da queima de combustíveis fósseis. A geração de póis e poeiras também é uma preocupação da gestão ambiental da Portonave.

Rio Verde

Programa de Capacitação – Prepara a mão de obra local para que a comunidade tenha possibilidade de concorrer a vagas de trabalho nos empreendimentos da região, promovendo também ações de apoio às prefeituras para ampliar serviços de saúde pública, segurança e educação.

Programa de Educação Ambiental – É desenvolvido em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Cultura e que envolve a comunidade, professores e alunos das redes pública e particular de ensino, além dos meios de comunicação locais (rádio, jornais). O objetivo é desenvolver atividades relacionadas à preservação ambiental dos municípios de influência da empresa, além de palestras e cursos que provoqueem uma mudança de hábito com relação à preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural da região.

7. Recursos Humanos

Acreditando que uma empresa é constituída, primordialmente, de pessoas e que o elemento humano é fator de extrema importância para seu bom desempenho, a Triunfo e suas controladas investem de maneira considerável na formação de seus colaboradores.

Encerramos 2010 com aproximadamente 2.300 colaboradores engajados e comprometidos com os resultados positivos da Companhia. Investimos constantemente na melhoria social e profissional, disponibilizando plano assistencial, política de financiamento acadêmico, treinamentos contínuos e buscando sempre a melhoria do ambiente organizacional.

Políticas de Benefícios e de Cargos e Salários estão sendo aplicadas com objetivo de fomentar o trabalho dos colaboradores e oferecer perspectivas de construção de carreiras sólidas, orientadas para desenvolvimento do nosso negócio.

É nosso compromisso oferecer subsídios para promover o crescimento de nossos profissionais de maneira consistente e responsável.

8. Governança Corporativa

Como uma empresa participante do Novo Mercado da BM&FBovespa, a Triunfo acredita que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio.

A auditoria independente, da Ernst&Young Terco, aplica assíduos procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos serviços de auditoria.



A nossa estrutura de gestão que era composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e Controle, ganhou uma nova formação em 2010, com a implantação do Conselho Fiscal e do Comitê Estratégico.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. Nosso Conselho de Administração é formado por oito membros, sendo que dois deles são independentes.

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionados pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por cinco membros.

O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

A posse dos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal da Triunfo está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O Comitê de Auditoria e Controle é um órgão de suporte ao Conselho da Administração. Constituído por três membros (sendo 2 independentes), o comitê atua no sentido de supervisionar e assegurar a gestão, integridade e efetividade dos processos internos para a produção de relatórios financeiros. O Comitê se reúne mensalmente com a Diretoria Executiva da Companhia e trimestralmente conta com a participação dos Auditores Independentes, visando capacitar a Administração com esse suporte e proteger os interesses dos acionistas e demais interessados.

O Comitê Estratégico foi estabelecido em 2010 é composto por três membros para atuar como órgão de suporte ao Conselho de Administração em relação à definição da estratégia de negócios da Companhia, sendo responsável por examinar, discutir e formular recomendações quanto aos planos traçados.

A atuação da Triunfo é pautada, ainda, por normas internas adicionais que refletem os princípios de governança, como o Regulamento Interno do Comitê, as Políticas de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários, de Sustentabilidade e o Código de Conduta. Todas são formalmente emitidas e instrumentalizadas para assegurar a uniformidade e adequação das atividades das empresas do Grupo e seus colaboradores.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Estatuto Social da Companhia garante aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. Em 2010, a Triunfo já destinou como dividendos intercalares o montante de R\$18.328, referente ao lucro de seis meses, findos em 30 de junho de 2010. Com isso, resta como dividendos a pagar o montante de R\$7.413. A proposta será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

9. Relações com Investidores

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm a sua disposição informações no site: www.triunfo.com. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail: ri@triunfo.com ou pelo fone: +55 11 2169 3999.

A Triunfo acredita que uma comunicação transparente dos seus resultados é fundamental para que a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de suas atividades.

10. Agradecimentos

Aproveitamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

¹ Valor não examinado pelos Auditores Independentes.

11. Informações Corporativas

Conselho de Administração									
Luiz Fernando Wolff de Carvalho									
– Presidente do Conselho									
Fernando Xavier Ferreira									
– Conselheiro Independente Efetivo									
Jorge Michel Lepeltier									
– Conselheiro Independente Efetivo									
Allyrio de Jesus Dipp Filho									
– Conselheiro Efetivo									
Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz									
– Conselheiro Efetivo									
João Villar Garcia									
– Conselheiro Efetivo									
Miguel Ferreira de Aguiar									
– Conselheiro Efetivo									
Ricardo Stabile Piovezan									
– Conselheiro Efetivo									
Conselho Fiscal									
Edson Hatamura									
– Presidente do Conselho									
Bruno Shigueyoshi Oshiro									
– Membro Efetivo									
Victor L. Rocha Azevedo									
– Membro Efetivo									
Nelson Edgar Leite									
– Membro Suplente									
Alberto Sammarone Silveira Lima									
– Membro Suplente									
Daniel de Castilho Agostini									
– Membro Suplente									
Diretoria Executiva									
Carlo Alberto Bottarelli									
– Diretor Presidente									
Ana Cristina Carvalho									
– Diretora de Relações com Investidores									
Daniel Haller									
– Diretor de Planejamento e Controle									
Luiz Alberto Küster									
– Diretor de Energia									
Sandro Antonio de Lima									
– Diretor Administrativo e Financeiro									
Contador									
Hermes Oliveira – CRC 1PR 051.928/O-9 “S”									

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	Controladora – BRGAAP			Consolidado – IFRS		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
				Reapresentado			Reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.952	2.475	8.427	60.689	17.960	81.441
Aplicações financeiras vinculadas	6	25.130	22.554	23.893	39.327	36.325	52.280
Contas a receber de clientes	7	—	—	—	27.969	14.918	5.606
Indenizações de seguro a receber	—	—	—	—	3.721	678	4.050
Adiantamento a fornecedores	—	74	—	—	14.017	24.331	1.615
Impostos a recuperar	8	3.763	2.951	2.510	5.879	5.587	4.946
Contas a receber – partes relacionadas	10	5.448	32.709	26.240	26	316	309
Participações à comercializar	11	259.475	236.516	—	—	—	—
Despesas de exercícios seguintes	12	143	—	34	5.558	3.643	3.940
Outros créditos	—	35	1.147	107	8.988	469	1.094
Total do ativo circulante	—	297.020	298.352	61.211	166.174	104.227	155.281
Não Circulante							
Realizável a longo prazo:							
Aplicações financeiras vinculadas	6	—	—	—	3.527	3.244	—
Créditos tributários diferidos	9	—	—	—	16.974	14.234	14.778
Contas a receber – partes relacionadas	10	114.911	68.367	56.839	—	—	7
Despesas de exercícios seguintes	12	—	84	—	—	84	3.030
Depósitos judiciais	—	13	18	14	1.183	914	623
Impostos a recuperar	8	—	—	—	877	537	—
Outros créditos	—	—	—	—	30	41	117
	—	114.924	68.469	56.853	22.591	19.054	18.555
Investimentos							
Em controladas e equiparadas	13	1.221.029	1.140.042	1.179.543	—	—	—
Outros investimentos	—	—	—	—	21	10	—
Imobilizado	14	8.503	8.901	8.062	992.380	953.929	1.427.871
Intangível	15	44.518	37.176	149.324	1.143.487	1.160.264	1.042.389
	—	1.274.050	1.186.119	1.336.929	2.135.888	2.114.203	2.470.260
Total do ativo não circulante	—	1.388.974	1.254.588	1.393.782	2.158.479	2.133.257	2.488.815
Ativos de operações descontinuadas	11	—	—	—	690.961	625.050	—
Total do ativo							
	—	1.685.994	1.552.940	1.454.993	3.015.614	2.862.534	2.644.096

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Capital social	Reserva de Lucros			Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamentos para futuro aumento de capital
		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	461.947	—	—	—	317.941	—	(61.877)	718.011	—	718.011
Efeitos da adequação aos CPC's	—	—	—	—	—	—	(26.238)	525.899	—	525.899
Saldos ajustados em 1º de janeiro de 2009	461.947	—	—	—	317.941	—	(88.115)	1.243.910	—	1.243.910
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	43.053	43.053
Realização da reserva de reavaliação reflexa	—	—	—	—	(37.605)	—	37.605	—	—	—
Provisão de redução do valor recuperável do ativo imobilizado reavaliado	—	—	—	—	26.561	—	—	26.561	—	26.561
Realização do ajuste ao custo atribuído	—	—	—	—	—	(21.426)	21.426	—	—	—
Plano de opção de ações	—	592	—	—	—	—	—	592	—	592
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	—	47.607	47.607	—	47.607
Destinações:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	—	10.135	—	—	(10.135)	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(8.388)	(8.388)	—	(8.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	461.947	592	—	10.135	306.897	530.711	—	1.310.282	43.053	1.353.335
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	9.173	9.173
Realização da reserva de reavaliação reflexa	—	—	—	—	(39.176)	—	39.176	—	—	—
Realização do ajuste ao custo atribuído	—	—	—	—	—	(22.816)	22.816	—	—	—
Aumento de capital – RCA 19/01/10	51.032	1.194	—	—	—	—	—	52.226	(52.226)	—
Plano de opção de ações	—	1.594	—	—	—	—	—	1.594	—	1.594
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	—	(18.328)	(18.328)	—	(18.328)
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	—	32.458	32.458	—	32.458
Destinações:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	—	67.086	—	—	(67.086)	—	—	—
Constituição da reserva legal	—	—	1.623	—	—	—	(1.623)	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(7.413)	(7.413)	—	(7.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	512.979	3.380	1.623	77.221	267.721	507.895	—	1.370.819	—	1.370.819

(Consolidado)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamentos para futuro aumento de capital dos acionistas controladores	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladores	Patrimônio líquido Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste ao custo atribuído reflexo						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	461.947	—	—	—	317.941	—	(86.349)	693.539	—	693.539	—	693.539
Efeitos da adequação aos CPC's	—	—	—	—	—	552.137	(3.393)	548.744	—	548.744	29.993	578.737
Saldos ajustados em 1º de janeiro de 2009	461.947	—	—	—	317.941	552.137	(89.742)	1.242.283	—	1.242.283	29.993	1.272.276
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	43.053	43.053	—	43.053
Realização da reserva de reavaliação reflexa	—	—	—	—	(37.605)	—	37.605	—	—	—	—	—
Provisão de redução do valor recuperável do ativo imobilizado reavaliado	—	—	—	—	26.561	—	—	26.561	—	26.561	—	26.561
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	(21.426)	21.426	—	—	—	—	—
Ajuste de exercício anterior	—	—	—	—	—	—	2.039	2.039	—	2.039	—	2.039
Plano de opção de ações	—	592	—	—	—	—	—	592	—	592	—	592
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	—	45.287	45.287	—	45.287	(212)	45.075
Destinações:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	—	8.227	—	—	(8.227)	—	—	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(8.388)	(8.388)	—	(8.388)	—	(8.388)
Adições de acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.844	7.844
Saldos em 31 de dezembro de 2009	461.947	592	—	8.227	306.897	530.711	—	1.308.374	43.053	1.351.427	37.625	1.389.052
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	9.173	9.173	—	9.173
Realização da reserva de reavaliação reflexa	—	—	—	—	(39.176)	—	39.176	—	—	—	—	—
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	(22.816)	22.816	—	—	—	—	—
Aumento de capital – RCA 19/01/10	51.032	1.194	—	—	—	—	—	52.226	(52.226)	—	—	—
Plano de opção de ações	—	1.594	—	—	—	—	—	1.594	—	1.594	—	1.594
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	—	(18.328)	(18.328)	—	(18.328)	—	(18.328)
Lucro do exercício	—	—	—	—	—	—	33.985	33.985	—	33.985	(3.313)	30.672
Destinações:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	—	—	—	68.613	—	—	(68.613)	—	—	—	—	—
Constituição da reserva legal	—	—	1.623	—	—	—	(1.623)	—	—	—	—	—
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—	(7.413)	(7.413)	—	(7.413)	—	(7.413)
Adições de acionistas não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.765	2.765
Saldos em 31 de dezembro de 2010	512.979	3.380	1.623	76.840	267.721	507.895	—	1.370.438	—	1.370.438	37.077	1.407.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída através da ata de constituição de Sociedade por Ações em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPI33”.

a) Controladas e controladas em conjunto: Em 31 de dezembro de 2010 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) **Concessionárias de rodovias:** A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre – Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório – Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão. A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 23, item b. No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

ii) **Geração de energia elétrica:**

Rio Verde: A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central produtora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Iturumbá e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados. A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M. Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde. Em 2010, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due diligence”, e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde. Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Rio Canoas: A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014. Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 760.000 em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da data da sua assinatura.

Outros: Em 31 de dezembro de 2010, a Triunfo mantém em fase de estudo de viabilidade projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 9.831.

iii) **Administração de portos:** Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos. O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e equivalente de 11,3 unidades e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de TEUs (twenty-foot equivalent unit), medida de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007. Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada por tal fato. A Icepport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Icepport, trading de mercadorias. A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades. A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, a qual também não houve perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas no primeiro trimestre de 2011. Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários. Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

iv) **Serviços de cabotagem:** A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A NTL atualmente realiza investimentos com o objetivo de iniciar as suas operações, previsto para o primeiro trimestre de 2011. Até 31 de dezembro de 2010, os investimentos no ativo fixo eram de R\$35.904 realizados através de aportes dos acionistas, os quais continuarão sendo realizados até o início de suas operações. A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes às suas atividades e das sociedades nas quais participe. A Vessel-Log atualmente realiza investimentos com o objetivo de iniciar as suas operações, previsto para o primeiro trimestre de 2011. Até 31 de dezembro de 2010, os investimentos no ativo fixo eram de R\$32.089, realizados através de aportes dos acionistas, os quais continuarão sendo realizados até o início de suas operações.

v) **Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias:** As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

b) Eventos relevantes ocorridos em 2010

i) **Icepport – Incêndio:** Conforme descrito no item a) iii), não ocorreram perdas para a Companhia no processo de ressarcimento aos danos e aos estoques de terceiros ocasionados pelo incêndio na Icepport. ii) **2ª Emissão de Debêntures:** A Companhia emitiu debêntures no montante de R\$133.500, conforme descrito na nota explicativa nº 18, item a).

iii) **Distribuição de dividendos:** A Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$18.328, conforme descrito na nota explicativa nº 24, item b).

iv) **Assinatura do Contrato de Concessão de Garibaldi:** A Companhia ganhou em leilão a concessão para exploração do potencial energético de Garibaldi. Em 14 de dezembro de 2010, a controlada Rio Canoas assinou o contrato de concessão, conforme descrito no item a) ii) anterior.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 28 de março de 2011. Algumas rubricas no balanço patrimonial consolidado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram reclassificadas para permitir a comparabilidade. As reclassificações foram efetuadas como segue:

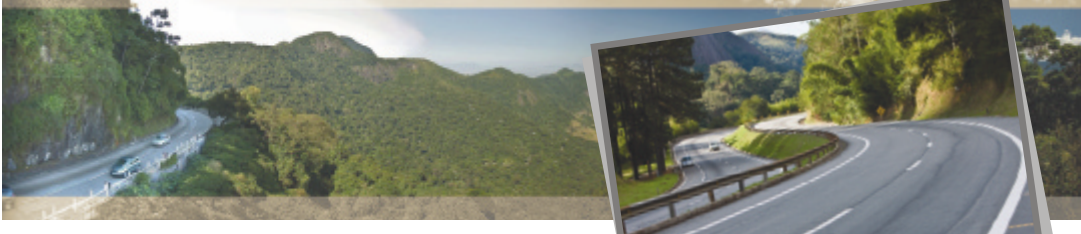
	2009	Reclassificação	31/12/2009 Reclassificado
Contas a receber – partes relacionadas	5.043	(4.727)	316
Investimentos	31.065	(31.055)	10
Imobilizado	1.207.744	31.055	1.238.799
Intangível	170.666	4.727	175.393
	1.414.518	—	1.414.518
	01/01/09	Reclassificação	01/01/09 Reclassificado
Investimentos	27.936	(27.936)	—
Imobilizado	1.438.416	27.936	1.466.352
	1.466.352	—	1.466.352

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e de 1º de janeiro de 2009, compreendem: **a)** as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”. **b)** As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com



- (i) Em 11 de janeiro de 2010, a OSR Operações e Serviços Rodoviários Ltda. alterou sua denominação social para Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda.
- (ii) Em 01 de março de 2010, a controlada BS Participações, que possuía 30% de participação na Concepa foi incorporada por sua controladora Esparta, e em ato contínuo à esta incorporação, o acervo líquido, relativo investimento na Concepa, foi verificado para sua controladora Triunfo, dessa forma, a Triunfo passou a deter 100% de participação direta na Concepa.
- (iii) As controladas Maris Gaudium e Starport detêm cada uma 16,7% de participação na Portonave. A TPI-Log adquiriu a participação da Triunfo na Portonave por meio de transferência de investimento, baseada em laudo elaborado por especialistas contratados.
- (iv) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceptort e Teconnave.
- (v) A controlada Santa Rita detém 100,0% de participação na controlada TPB.
- (vi) Em 2 de dezembro de 2009, a Triunfo transferiu seus investimentos e ágios das controladas Portonave, Santa Rita, Starport e Maris Gaudium para a controlada TPI-Log, com base em laudos emitidos por especialistas contratados.
- (vii) Em 25 de junho de 2010, a controlada Esparta Participações e Investimentos S.A., que possuía 30% de participação na Rio Guaíba, foi incorporada por sua controladora Triunfo, com base em laudo do acervo líquido da Esparta. Dessa forma, a Triunfo passou a deter 100% de participação direta na Rio Guaíba. Em decorrência da incorporação, a Companhia reconheceu no resultado o montante negativo de R\$1.955 na rubrica de Resultado de Equivalência Patrimonial referente ao resultado que não fora reconhecido anteriormente.
- (viii) Em 03 de agosto de 2010, a Sabalo Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Rio Canoas Energia S.A.
- Os saldos do balanço patrimonial e do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2010 das controladas, sem efeito da participação proporcional, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário											
	Econorte	Rio Tibagi	Concepa	Rio Guaíba	Esparta	BS	Concer	Rio Bonito	Convale	Rio Paraíba	Ecovale
Ativo circulante	8.624	3.951	55.747	3.634	—	—	9.818	2.198	381	—	14
Ativo não circulante	250.231	2.923	329.215	1.053	—	—	648.278	3.113	—	11	—
Total do ativo	258.855	6.874	384.962	4.687	—	—	658.096	5.311	381	11	14
Passivo circulante	57.613	3.504	44.902	1.568	—	—	87.937	2.229	17	313	6
Passivo não circulante (i)	84.693	30	227.641	69	—	—	154.750	1.158	381	86	—
Patrimônio líquido (i)	116.549	3.340	112.419	3.053	—	—	415.409	1.924	364	(388)	8
Total do passivo e patrimônio líquido	258.855	6.874	384.962	4.687	—	—	658.096	5.311	381	11	14
Receita operacional líquida	133.685	34.204	170.434	40.987	—	—	206.370	42.366	—	—	—
Custo dos serviços prestados	(91.048)	(18.497)	(136.097)	(9.347)	—	—	(154.049)	(17.878)	—	—	—
Lucro bruto	42.637	15.707	34.337	31.640	—	—	52.321	24.488	—	—	—
Despesas operacionais, líquidas	(7.703)	(1.878)	(9.505)	(1.129)	4.260	(159)	(17.863)	(1.620)	(34)	(19)	(1)
Lucro antes do resultado financeiro	34.934	13.829	24.832	30.511	4.260	(159)	34.458	22.868	(34)	(19)	(1)
Resultado financeiro, líquido	(9.778)	(115)	(27.824)	(72)	(1.037)	—	(12.145)	(161)	(12)	—	—
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	25.156	13.714	(2.992)	30.439	3.223	(159)	22.313	22.707	(46)	(19)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Correntes	(11.891)	(1.870)	(3.518)	(1.802)	—	—	(15.106)	(2.086)	—	—	—
Diferidos	3.369	—	4.666	—	—	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido (prejuízo) do período	16.634	11.844	(1.844)	28.637	3.223	(159)	15.646	20.621	(46)	(19)	(1)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

b) Segmento portuário											
	Portonave	Iceptort	Teconnave	Maris Gaudium	Starport	Santa Rita	TPB	TPI – Log			
Ativo circulante	88.130	18.378	1	1.330	1.330	26	—	3.990			
Ativo não circulante	1.651.327	7	—	161.204	161.204	79.547	72.231	652.088			
Total do ativo	1.739.457	18.385	1	162.534	162.534	79.573	72.231	656.078			
Passivo circulante	173.214	9.156	—	1.329	1.329	51	—	1			
Passivo não circulante (i)	599.210	11	27	—	—	—	—	—			
Patrimônio líquido (i)	967.033	9.218	(26)	161.205	161.205	79.522	72.231	656.077			
Total do passivo e patrimônio líquido	1.739.457	18.385	1	162.534	162.534	79.573	72.231	656.078			
Receita operacional líquida	195.496	43.045	—	—	—	—	—	—			
Custo dos serviços prestados	(139.505)	(46.402)	—	—	—	—	—	—			
Lucro bruto	55.991	(3.357)	—	—	—	—	—	—			
Resultado operacional, líquido	(21.170)	15.222	(2)	4.580	4.614	(250)	(32)	13.511			
Lucro antes do resultado financeiro	34.821	11.865	(2)	4.580	4.614	(250)	(32)	13.511			
Resultado financeiro, líquido	(7.581)	(806)	—	—	—	(2)	(1)	—			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	27.240	11.059	(2)	4.580	4.614	(252)	(33)	13.511			
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	—	—	—	—			
Correntes	(13.978)	—	—	—	—	—	—	—			
Diferidos	14.410	—	—	—	—	—	—	—			
Lucro líquido (prejuízo) do período	27.672	11.059	(2)	4.580	4.614	(252)	(33)	13.511			

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

c) Energia e outros											
	Tucano	Retirinho	Guariroba	Freijó	Rio Dourado	Lubina	Rio Canoas	Trevally	Caddis	Guaru	
Ativo circulante	1	—	—	—	—	1	947	1	—	—	
Ativo não circulante	1.475	244	1.693	—	—	—	29.969	—	1	1	
Total do ativo	1.476	244	1.693	—	—	1	30.916	1	1	1	
Passivo circulante	8	—	—	—	—	—	513	—	—	—	
Passivo não circulante (i)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Patrimônio líquido (i)	1.468	244	1.693	—	—	1	30.403	1	1	1	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.476	244	1.693	—	—	1	30.916	1	1	1	
Receita operacional líquida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Custo dos serviços prestados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Lucro bruto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(33)	(2)	(3)	—	—	(3)	(347)	(3)	—	—	
Prejuízo antes do resultado financeiro	(33)	(2)	(3)	—	—	(3)	(347)	(3)	—	—	
Resultado financeiro, líquido	(1)	—	—	—	—	—	(1)	—	—	—	
Lucro antes dos impostos	(34)	(2)	(3)	—	—	—	(348)	(3)	—	—	
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Correntes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Diferidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Prejuízo do período	(34)	(2)	(3)	—	—	(3)	(348)	(3)	—	—	

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido. (ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

d) Serviços de cabotagem

	Maestra	Vessel Log	NTL
Ativo circulante	351	142	6.712
Ativo não circulante	402	32.157	51.294
Total do ativo	753	32.299	58.006
Passivo circulante	373	1.217	1.879
Passivo não circulante (i)	—	15.380	—
Patrimônio líquido (i)	380	15.702	16.295
Total do passivo e patrimônio líquido	753	32.299	58.006
Despesas operacionais, líquidas	(2.261)	(2.504)	(3.721)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(2.261)	(2.504)	(3.721)
Resultado financeiro, líquido	(1)	(1.331)	(1.835)
Prejuízo antes dos impostos	(2.262)	(3.835)	(5.556)
Prejuízo do exercício	(2.262)	(3.835)	(5.556)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido. Todos os saldos e transações entre as controladas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são: – Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações. – Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2.4.1. Reconciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido			Resultado do Exercício	
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009
Controladora	1.370.819	1.353.335	1.243.910	32.458	47.607
Equivalência patrimonial não reconhecida:					
Rio Paraíba	(388)	(379)	—	(19)	—
Esparta	—	(1.380)	(1.547)	1.955	(1.955)
Rio Guaíba	—	—	—	(287)	—
Maestra	—	—	—	(98)	—
Outras controladas	4	(149)	(80)	(24)	(365)
Participação de acionistas não controladores	37.080	37.625	29.993	—	—
Consolidado	1.407.511	1.389.052	1.272.276	33.985	45.287

No período que serviu de base para a preparação das Demonstrações Financeiras, as controladas Rio Paraíba e Maestra apresentam passivo a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas demonstrações financeiras da controladora. Adicionalmente não foi reconhecida nenhuma provisão decorrente de obrigações das controladas por não haver coberturas de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, em favor dessas prestada pela controladora. A Rio Guaíba, em 2010, reverteu o seu passivo a descoberto, passando a ser reconhecido esse investimento pela controladora. Consequentemente, o resultado negativo de anos anteriores foi reconhecido neste ano no resultado da controladora. Em 1 de março de 2010, ocorreu cisão parcial da Esparta com acervo verificado para a controlada Concepa, a qual, não reconheceu em seu resultado o passivo a descoberto provindo da Esparta.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Critério de reconhecimento da receita: As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Receita de pedágio: As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção: Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo IPCP01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, quando esta resultar em direito adicional de receita. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Prestação de serviços portuários: A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias: Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes à arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

c) Aplicações financeiras vinculadas: A Companhia e a controlada Concepa mantêm aplicações financeiras vinculadas ao pagamento das remunerações e amortizações do principal das debêntures e cédulas de crédito bancário ("CCBs"), cujas características quanto ao risco e remuneração são similares as demais aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A controlada Econorte, possui aplicações financeiras vinculadas para a quitação da última parcela do empréstimo contratado junto ao Banco do Brasil S.A., enquanto a controlada indetrola Portonave possui valores em conta vinculada a GE Capital Co., principal credora da controlada, o qual refere-se a "escrow account" junto ao Deutsche Bank S/A, para recebimento dos adiantamentos efetuados pela companhia seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada. Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores contratados para a reconstrução da câmara frigorífica.

d) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valor justo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Despesas de exercícios seguintes: Referem-se substancialmente aos prêmios de seguros, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros.

f) Arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente e os custos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

g) Imobilizado: É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. As controladas Rio Verde e Portonave optaram

por efetuar os ajustes ao custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, de certos bens do seu ativo imobilizado, conforme determinação do IPCP 10, assim como efetuarão a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

Critério para a determinação do Custo Atribuído ("Deemed Cost"): Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na CPC 10 – Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimento, as controladas Rio Verde e Portonave contrataram consultoria especializada para proceder à avaliação do valor justo dos seus ativos na data-base 31 de dezembro de 2008. As controladas estabeleceram que o critério mais adequado para avaliar o valor justo dos seus ativos imobilizados é com base no fluxo de caixa descontado. As principais premissas adotadas pelas controladas e especialistas contratados para execução do fluxo de caixa descontado foram as seguintes: – Taxa para desconto: i) Custo médio ponderado de capital: 9,66% para Rio Verde e 11,59% para Portonave; – Estrutura do modelo: i) Base de projeção: valores nominais ajustados à inflação projetada (IGP-M e IPCA); ii) Horizonte de projeção: período de concessão para a Rio Verde (até o ano de 2037) e período de autorização para a Portonave (até o ano de 2025); iii) Para os anos de 2009 e 2010 foram utilizados valores com base no realizado; iv) As premissas macroeconômicas utilizadas foram com base no relatório emitido por banco de primeira linha em 2 de agosto de 2010. – Receita bruta: *Rio Verde:* i) Foi projetada considerando a quantidade de energia elétrica assegurada fornecida e a tarifa de energia contratada; ii) A quantidade de energia fornecida e a tarifa de venda foram projetadas com base no contrato de compra e venda com a Votener. As tarifas foram reajustadas conforme determinado em contrato mais IGPm, já contemplando a energia adicional. *Portonave:* i) Foi projetada considerando um percentual de aumento real do volume movimentado de contêineres por ano, através da capacidade do Porto e a expectativa de crescimento do mercado mundial, multiplicado pelo preço médio, conforme práticas/contratos atuais e reajustados pela inflação a cada dois anos. – Impostos diretos e indiretos: i) As alíquotas apuradas para a projeção estão condizentes com a legislação vigente. – Custo e despesas operacionais: i) Os custos e as despesas operacionais foram estimados tomando como base os valores reais de 2010 e as projeções da Administração das controladas.

h) Intangível: Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96. A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura não serão mais amortizados, devendo apenas serem submetidos ao teste para análise de perdas do seus valores recuperáveis. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contábil de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As contrapartidas efetuadas durante a concessão são entregues (vendas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar do usuário o serviço público a ser prestado, e a receita, é ativamente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 que é o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de reposição. O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos com o desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é submetido ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01): Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia a norma: a) o poder concedente control

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com

todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo. Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perda em ativos financeiros nas datas dos balanços.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros é calculada com base no valor da perda e na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda: Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado. Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, com garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não negociaram e nem apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no montante da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação por revogação, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 31.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: **Compromissos de Arrendamento Mercantil Operacional – Companhia e suas controladas como Arrendadores:** A Companhia e suas controladas determinaram, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assumem todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens e, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais. **Participações a Comercializar e Operações Descontinuadas:** Em 2009, a Administração da Companhia anunciou a decisão de vender a subsidiária do segmento de geração de energia elétrica, Rio Verde, assim, o investimento nessa controlada foi classificado como Participações a Comercializar, nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, e como Operações Descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia considerou que a controlada satisfaz os critérios para ser classificada como mantida para venda na referida data pelos seguintes motivos: – A Rio Verde está disponível para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual. – A Administração da Companhia tem um plano para a venda da Rio Verde e iniciou negociações preliminares com um potencial comprador. Outros potenciais compradores foram identificados, caso as negociações com o primeiro potencial comprador não resultem em venda. – A Administração da Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda concluída até final do primeiro semestre de 2011. Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 11.

Estimativas e Premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Amortização do ativo intangível: A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por partes das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas controladas. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor Justo de Instrumentos Financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas: A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para possíveis consequências de auditorias pela autoridade de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa

forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são considerados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

q) Participação em Joint Ventures (Controladas em conjunto): A Companhia mantém participação em joint venture, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da joint venture, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da joint venture são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia. Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação desta nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua joint venture. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A joint venture é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto. Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga joint venture e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da joint venture. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

r) Transações envolvendo pagamentos em ações: Funcionários (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 26. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquiere o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas com pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas. Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas com pessoal" correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituído na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma. O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 24 e).

4. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09). As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o *"International Financial Reporting Standard – IFRS"*. Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs

4.2.1. Balanço de Abertura em 01/01/2009

Nota	Controladora			Nota	Balanço de abertura – 01/01/2009 Consolidado		
	Originalmente divulgado (*)	Ajustes CPC	Ajustado		Originalmente divulgado (*)	Ajustes CPC	Ajustado
Ativo Circulante	61.211	–	61.211		161.250	(5.969)	155.281
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	32.320	–	32.320		133.721	–	133.721
Impostos diferidos	–	–	–	(f)	5.969	(5.969)	–
Demais ativos no circulante	28.891	–	28.891		21.560	–	21.560
Ativo Não Circulante	867.883	525.899	1.393.782		1.649.392	839.423	2.488.815
Ativo Realizável a Longo Prazo	56.853	–	56.853		10.565	7.990	18.555
– Impostos diferidos	–	–	–	(b),(f)	7.061	7.717	14.778
– Depósitos judiciais	14	–	14	(i)	350	273	623
– Demais ativos no não circulante	56.839	–	56.839		3154	–	3.154
Investimentos	653.644	525.899	1.179.543		–	–	–
Imobilizado	8.062	–	8.062	(a),(b),(d)	1.466.352	(38.481)	1.427.871
Intangível	149.324	–	149.324	(d)	172.475	869.914	1.042.389
Ativo Total	929.094	525.899	1.454.993		1.810.642	833.454	2.644.096
Passivo Circulante	49.292	–	49.292		223.587	(21.080)	202.507
Empréstimos e financiamentos	9.155	–	9.155		69.895	–	69.895
Debêntures	23.086	–	23.086		50.853	–	50.853
Impostos diferidos	–	–	–	(f)	21.080	(21.080)	–
Demais passivos no circulante	17.051	–	17.051		81.759	–	81.759
Passivo Não Circulante	161.791	–	161.791		863.523	305.790	1.169.313
Passivo Exigível a Longo Prazo	161.791	–	161.791		863.523	305.790	1.169.313
– Impostos diferidos	–	–	–	(a),(f)	150.194	305.517	455.711
– Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	–	(i)	13.840	273	14.113
– Demais passivos no não circulante	161.791	–	161.791		699.489	–	699.489
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	(b),(g)	29.993	(29.993)	–
Patrimônio Líquido	(a),(b),(c)	718.011	525.899	1.243.910	(a),(b),(g)	693.539	578.737
Passivo Total	–	718.011	525.899	1.243.910	–	693.539	578.737
	–	929.094	1.454.993	–	–	833.454	2.644.096

(*) Alguns saldos foram agrupados para facilitar a apresentação.

4.2.2. Balanço de Abertura em 31/12/2009

Nota	Controladora			Nota	Balanço de abertura – 31/12/2009 Consolidado		
	Originalmente divulgado (*)	Ajustes CPC	Ajustado		Originalmente divulgado (*)	Ajustes CPC	Ajustado
Ativo Circulante	209.762	88.590	298.352		252.153	(147.926)	104.227
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	25.029	–	25.029		54.285	–	54.285
Impostos diferidos	–	–	–		–	–	–
Participações a comercializar	(a),(b)	147.926	88.590	236.516	(h)	147.926	(147.926)
Demais ativos no circulante	36.807	–	36.807		49.942	–	49.942
Ativo Não Circulante	802.332	452.256	1.254.588		1.427.999	705.258	2.133.257
Ativo Realizável a Longo Prazo	68.469	–	68.469		13.797	5.257	19.054
– Impostos diferidos	–	–	–	(e)	9.214	5.020	14.234
– Depósitos judiciais	18	–	18	(i)	677	237	914
– Demais ativos no não circulante	68.451	–	68.451		3.906	–	3.906
Investimentos	(a),(d),(e)	687.786	452.256	1.140.042	(a),(d)	1.238.799	(284.870)
Imobilizado	8.901	–	8.901	(a),(d)	175.393	984.871	1.160.264
Intangível	37.176	–	37.176	(a),(b),(h)	–	625.050	625.050
Ativos de operações descontinuadas	–	–	–		–	–	–
Ativo Total	1.012.094	540.846	1.552.940		1.680.152	1.182.382	2.862.534
Passivo Circulante	64.782	–	64.782		263.148	(26.540)	236.608
Empréstimos e financiamentos	30.281	–	30.281		103.158	–	103.158
Debêntures	22.625	–	22.625		46.229	–	46.229
Provisão para manutenção	–	–	–	(e)	–	5.845	5.845
Impostos diferidos	–	–	–	(f)	32.385	(32.385)	–
Demais passivos no circulante	11.876	–	11.876		81.376	–	81.376
Passivo Não Circulante	134.823	–	134.823		568.798	279.542	848.340
Passivo Exigível a Longo Prazo	134.823	–	134.823		568.798	279.542	848.340
– Provisão para manutenção	–	–	–	(e)	–	8.917	8.917
– Impostos diferidos	–	–	–	(a),(d),(f)	139.845	270.388	410.233
– Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	–	(i)	13.001	237	13.238
– Demais passivos no não circulante	134.823	–	134.823		415.952	–	415.952
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	(g)	37.625	(37.625)	–
Patrimônio Líquido	(a),(b),(d),(e)	812.489	540.846	1.353.335	(a),(b),(d),(e),(g)	810.581	578.471
Passivos de operações descontinuadas	–	–	–	(h)	–	388.534	388.534
Passivo Total	–	812.489	1.353.335	–	–	1.182.382	2.862.534

(*) Alguns saldos foram agrupados para facilitar a apresentação.

O sumário dos ajustes realizados é apresentado como segue, líquidos dos impostos diferidos, quando aplicável:

				Controladora	
		Patrimônio	Resultado		
		Líquido	do Exercício		
Nota	2009	01/01/2009	2009		
Conforme adoção dos CPCs	1.353.335	1.243.910	47.607		
Ajuste ao custo atribuído	(a)	(530.711)	(552.137)	21.426	
Descapitalização de despesas	(b)	5.918	3.393	2.525	
Reconhecimento de equivalência negativa	(c)	–	22.845	(22.845)	
Estorno de amortização de intangíveis	(d)	(25.796)	–	(25.796)	
Provisão para manutenção	(e)	9.743	–	9.743	
BRGAAP (vigente até 31/12/2009)					
– originalmente divulgado	812.489	718.011	32.660		
				Consolidado	
		Patrimônio	Resultado		
		Líquido	do Exercício		
Nota	2009	01/01/2009	2009		
Conforme adoção dos CPCs	1.389.052	1.272.276	45.287		
Ajuste ao custo atribuído	(a)	(530.711)	(552.137)	21.426	
Descapitalização de despesas	(b)	5.918	3.393	2.525	
Estorno de amortização de intangíveis	(d)	(25.796)	–	(25.796)	
Provisão para manutenção	(e)	9.743	–	9.743	
Participação de acionistas não controladores	(g)	(37.625)	(29.993)	–	
BRGAAP (vigente até 31/12/2009)					
– originalmente divulgado	810.581	693.539	53.185		
(a) Ajuste ao custo atribuído: De acordo com o ICP 10, as controladoras Rio Verde e Portonave decidiram atribuir um novo valor ("deemed cost") para os itens de seus ativos imobilizados. A elaboração da avaliação do valor justo dos ativos imobilizados, com base no fluxo de caixa descontado, foi feita por consultoria especializada, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como novo custo do imobilizado na data de transição, conforme descrito na nota explicativa nº 3 g), e sua contrapartida foi registrada líquida dos impostos diferidos, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido;					
(b) Descapitalização de despesas: A controladora Rio Verde, de acordo com as normas anteriores, capitalizou os custos administrativos e custos indiretos no grupo de contas de imobilizado, preferentes a construção e implementação de sua usina. Com advento do CPC 25 – Ativo Imobilizado, esses custos não atendem os requisitos para reconhecimento como ativo imobilizado e foram baixados contra as contas de despesas no resultado;					
(c) Reconhecimento de equivalência patrimonial negativa na controladora: Em 31 de dezembro de 2008, a controlada Portonave, com a contabilização do custo atribuído na data de transição, reverteu a situação de patrimônio líquido a descoberto ao qual se encontrava, resultando no reconhecimento da equivalência patrimonial na controladora em 1º de janeiro de 2009;					
(d) Mudanças nas práticas contábeis de depreciação: De acordo com o ICP 11 (IFRIC 12), o ativo imobilizado das concessionárias de rodovia foi reclassificado para o ativo intangível, representando					



Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com

tais ações devem ser classificadas no patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício foi expresso. A Companhia não espera efeitos materiais decorrente desta alteração.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros** – Enfatiza a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos nas divulgações de riscos financeiros. A Companhia não espera efeitos materiais decorrente desta alteração.
- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera efeitos materiais decorrente desta alteração.
- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** – Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas às situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia não espera efeitos materiais decorrente desta alteração.
- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** – A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera efeitos materiais decorrente desta alteração.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Disponibilidades	2.941	2.460	8.041	51.170	17.103	15.838
Aplicações financeiras	11	15	386	9.519	857	65.603
	2.952	2.475	8.427	60.689	17.960	81.441

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

6. Aplicações financeiras vinculadas
A Triunfo e sua controlada Concepa constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures. A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento do empréstimo com o Banco do Brasil com vencimento em agosto de 2013, conforme descrito nas notas explicativas nº 17 e nº 18. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário e pelo Banco do Brasil. A controlada Portonave possui um "escrow account" junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/09
Triunfo (controladora)	25.130	22.554	23.893
Concepa	7.790	13.771	13.718
Econorte	3.527	3.244	10.646
Portonave	6.407	–	–
Esparta	–	–	4.023
	42.854	39.569	52.280
Parcela do circulante	39.327	36.325	52.280
Parcela do não circulante	3.527	3.244	–

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 5.

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/09
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	11.573	6.193	3.244
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	7.191	8.056	1.781
Celebs Distribuição – Reembolso LT	7.556	–	–
Exportação/Importação de mercadorias	1.687	690	641
Outras contas a receber	46	40	35
	28.052	14.979	5.701
	(83)	(61)	(95)
	27.969	14.918	5.606

	2010	2009	01/01/09
A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:	27.969	14.918	5.606
A vencer	83	61	95
Vencidos há mais de 90 dias	28.052	14.979	5.701

	2010	2009	01/01/09
Saldo no início do exercício	(61)	(95)	(95)
Adições	(22)	(61)	(61)
Recuperações / realizações	–	95	95
Saldo no final do exercício	(83)	(61)	(61)

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.986	2.222	1.028	3.337	2.222	1.136
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	–	261	124	33	284
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	687	565	1.158	1.034	1.176	1.741
Programa de Integração Social – PIS	8	8	8	133	180	182
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	–	–	–	37	783	804
InSS	32	32	32	1.855	1.341	493
Outros	50	124	23	236	389	306
	3.763	2.951	2.510	6.756	6.124	4.946
Parcela do circulante	3.763	2.951	2.510	5.879	5.587	4.946
Parcela do não circulante	–	–	–	877	537	–

9. Créditos tributários diferidos
Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real. Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	2010	2009	01/01/09
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:			
Imposto de renda diferido	2.991	6.159	8.520
Contribuição social diferida	1.077	2.217	3.067
Diferenças Temporárias:			
Imposto de renda diferido	9.489	4.306	2.320
Contribuição social diferida	3.417	1.552	871
	16.974	14.234	14.778

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e ativos diferidos reconhecidos no resultado em 2008. Os créditos tributários diferidos registrados e a expectativa de realização é superior a 12 meses da data do balanço e estão baseados nas projeções de resultados com base nos orçamentos aprovados pelos Administradores das Controladas, sendo que a parcela dos créditos diferidos oriundos das diferenças temporárias depende do desfecho das operações que as originaram.

10. Operações com partes relacionadas
As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$43.955, R\$43.839 e de R\$36.737, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das Demonstrações Financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas Demonstrações Financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.4. As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber:						
Econorte	4.159	–	8.958	–	1.509	–
Concer	689	–	23.751	–	24.731	–
Rio Verde	264	–	–	–	–	–
Outros:	–	–	–	567	–	–
Econorte (i)	–	–	–	–	–	7
Rio Bonito	–	–	–	–	–	–
Concepa	336	–	336	–	–	–
Outros	–	96	–	96	–	–
Total do circulante	5.448	96	336	32.709	663	26.240
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	40.794	–	4.289	40.126	(10.678)	50.495
Concepa (iii)	34.173	–	4.284	16.017	797	–
NTL (iv)	39.832	–	2.430	4.572	–	–
Esparta (v)	–	–	309	5.492	564	6.337
Outros:	–	–	–	–	–	144
Santa Rita	–	–	1.952	–	–	–
Outros	112	–	208	–	7	–
Total do não circulante	114.911	–	11.312	68.367	(9.317)	56.839
Total	120.359	96	11.648	101.076	663	83.079

(i) Créditos de juros sobre o capital pré-antecipados.
(ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por conversão do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
(iii) Mútuo referente a cessão de créditos da Rio Guaíba junto a Concepa para a Triunfo, atualizado pela taxa de 1,2445% a.m., equivalentes a 16% a.a.
(iv) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
(v) Mútuo referente a captações da Esparta com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2,50% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
Os principais contratos firmados em 2010 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das "casas do motorista"; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/09
	Resul-	Resul-	Resul-
	tado	tado	tado
	Ativo	Passivo	Ativo
Prestação de serviço:			
Consórcio TRS (Concepa) (i)	–	–	155
CTSA (Econorte) (i) e (ii)	–	–	30
BR-040 (Concer) (i)	2.262	493	2.865
CTSA (Portonave) (i)	667	–	–
CTSA (Rio Verde) (i)	–	–	7.669
Mútuos financeiros:			
Portonave (iii)	931	1.057	1.474
Outros:	–	–	–
Outros	26	94	764
Total do circulante	26	3.954	12.957
Outros:	–	–	–
Outros	–	–	7
Ativo Intangível de concessão:			
CTSA (Econorte) (i)	11.524	15.483	6.881
CTSA (Portonave) (i)	–	332	3.443
CTSA (Rio Verde) (i)	–	–	82.930
BR-040 (Concer) (i)	–	1.203	20.029
Consórcio TRS (Concepa) (i)	6.301	1.343	12.291
Total do não circulante	17.825	31.492	125.581
Total	17.851	3.954	125.890

(i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente. (ii) Referente ao adiantamento para a CTSA para fornecimento de serviços. (iii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem um mútuo com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.

11. Participações a comercializar e Operações Descontinuadas
Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) ii), em 31 de dezembro de 2010, o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda, sendo o investimento, no montante de R\$ 259.475 (R\$ 236.516 em 2009), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos da controlada Rio Verde foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participações a comercializar		
	Participação (%)	2010	2009
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	35.426	17.926
Ajuste de avaliação patrimonial	100	93.202	94.508
Lucro (prejuízo) acumulado	100	847	(5.918)
		259.475	236.516

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Triunfo aportou R\$17.500 como adiantamento para futuro aumento de capital. A equivalência patrimonial calculada neste período foi de R\$1.770. Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e de 01 de janeiro de 2009 estão apresentados a seguir:

	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
	BRGAAP	BRGAAP	BRGAAP
	Reapre-	Reapre-	Reapre-
	sentado	sentado	sentado
Balanços Patrimoniais de operações descontinuadas			
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	59	578	64.397
Contas a receber	9.590	–	–
Impostos a recuperar	64	38	3
Outros créditos	48	157	234
Aplicações financeiras vinculadas	13.203	–	–
Despesas antecipadas	603	1.198	1.499
	23.567	1.971	66.133
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.207	3.049	1.748
Despesas antecipadas	–	322	3.030
Imobilizado	647.536	619.683	378.026
Intangível	11.651	25	20
	667.394	623.079	382.824
Total do ativo	690.961	625.050	448.957
Passivo			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	29.373	14.818	–
Fornecedores	1.825	12.270	10.254
Partes relacionadas	–	679	7.669
Salários e encargos sociais	151	116	75
Obrigações fiscais	6.993	2.782	1.031
Outras obrigações	6.577	2.564	4.037
Dividendos a pagar	264	–	–
	45.183	33.229	23.066
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamentos	326.312	306.619	185.935
Outras obrigações	11.978	–	154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.013	48.686	48.686
	386.303	355.305	234.775
Patrimônio líquido			
Capital social	130.000	130.000	100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.426	17.926	1
Ajuste de avaliação patrimonial	93.202	94.508	94.508
Reserva	847	–	–
Prejuízos acumulados	–	(5.918)	(3.393)
Total do patrimônio líquido	259.475	236.516	191.116
Total do passivo e patrimônio líquido	690.961	625.050	448.957

	2010	2009	Reapresentado
Receita operacional líquida	56.052	–	–
Custos operacionais	–	–	–
Salários e encargos sociais	(157)	–	–
Administradores	(417)	–	–
Operação e manutenção	(3.594)	–	–
Compra de energia elétrica	(7.237)	–	–
Depreciação e amortização	(9.094)	–	–
Encargos do setor elétrico	(9.026)	–	–
Total dos custos operacionais	(29.525)	–	–
Lucro operacional líquido	26.527	–	–
Despesas operacionais, líquidas	(1.511)	(1.537)	–
Salários e encargos sociais	(261)	(614)	–
Administradores	(2.339)	(967)	–
Administrativas	(99)	(13)	–
Depreciação e amortização	(326)	(693)	–
Outras receitas e despesas	(4.536)	(3.823)	–
Total das despesas operacionais, líquidas	(21.991)	(3.823)	–
Lucro (prejuízo) operacional, antes do resultado financeiro	21.991	(3.823)	–

Despesas operacionais, líquidas			
Salários e encargos sociais	(1.511)	(1.537)	
Administradores	(261)	(614)	
Administrativas	(2.339)	(967)	
Depreciação e amortização	–	(13)	
Outras receitas e despesas	(99)	(692)	
Total das despesas operacionais, líquidas	(4.536)	(3.823)	
Lucro (prejuízo) operacional, antes do resultado financeiro	21.991	(3.823)	

13. Investimentos – a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial
Econorte	126.390	100,0%	126.390
Rio Tibagi	3.340	100,0%	3.340
Concepa	112.419	100,0%	112.419
Rio Guaíba	3.053	100,0%	3.053
Concer	415.409	62,5%	259.631
Rio Bonito	1.924	62,5%	1.203
Convale	366	100,0%	366
Rio Paraíba	(388)	100,0%	(388)
Ecovale	8	52,5%	4
Maestra	380	100,0%	380
Vessel-Log (i)	15.702	–65,0%	10.206
Tucano (Taiobá)	1.468	100,0%	1.468
Retirinho (Alcaçuz)	244	100,0%	244
Guariroba (Gaipava)	1.693	100,0%	1.693
Santa Rita (ii)	79.522	1,5%	1.193
Freijó	–	100,0%	–
Rio Dourado	–	100,0%	–
TPI-Log	656.077	100,0%	656.077
NTL (i)	16.295	65,0%	10.592
Trevally	1	100,0%	1
Lubina	1	100,0%	1
Rio Canoas	30.403	100,0%	30.403
Caddis	1	100,0%	1
Rio Guarú	1	100,0%	1
Rio Verde (iii)	–	–	–
Portonave (iv)	–	–	–
Maris Gaudium (iv)	–	–	–
Starport (iv)	–	–	–
Total	1.463.309	–	1.218.278

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com

(i) O valor de R\$3.168 da Econorte, classificado como outros refere-se a um estorno parcial dos dividendos propostos. (ii) Em 1º de março de 2010, a Concepa incorporou sua controladora Esparta e apurou-se um ágio no montante de R\$8.544. O montante de R\$4.319 refere-se à provisão de 66% do benefício fiscal incorporado, registrado na Concepa, que refletiu na Companhia como uma transferência do investimento para o intangível, que será amortizado conforme o prazo de concessão. (iii) Em 31 de dezembro de 2010, após revisão e atualização do teste de impairment, a Administração da controlada Concer concluiu pela reversão da provisão sobre o ativo imobilizado reavaliado e reserva de reavaliação, ajustada pela parcela que seria realizada durante o exercício de 2010 no montante de R\$26.561, conforme previsto no CPC 01. (iv) Participações adquiridas ou constituídas em 2009, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv). (v) Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 a) iii), em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita com versão do investimento na controlada TPB no montante de R\$70.200 para essa nova Companhia. Nesta mesma data a Triunfo realizou a transferência da participação correspondente a 12% do total do capital social previsto para a Santa Rita, equivalente a R\$30.000, para os novos acionistas, como parte do pagamento previsto no contrato de aquisição da TPB. Em 01 de março de 2010, a Triunfo

adquiriu 1,5% da participação do acionista minoritário, diminuindo a participação do minoritário para 10,5%. (vi) Em 2 de dezembro de 2009, a Triunfo transferiu seus investimentos na Portonave, Santa Rita, Starport e Maris Gaudium, juntamente com os montantes de R\$ 85.728 e R\$ 21.163 referentes ao saldo do ágio não amortizado pago na aquisição das controladas Starport e Maris Gaudium, para a TPI-Log. Em 30 de julho de 2010, a Companhia aumentou a sua participação na controlada TPI-LOG, no montante de R\$7.000, através da quitação de parte do mútuo que a mesma detinha com a controlada NTL. (vii) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) ii), em 31 de dezembro de 2009 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda. (viii) Em 25 de junho de 2010, a controlada Esparta Participações e Investimentos S.A., que possuía 30% de participação na Rio Gualiba, foi incorporada pela Companhia, com base em laudo do acervo líquido da Esparta. Dessa forma, a Companhia passou a deter 100% de participação direta na Rio Gualiba. O valor de R\$3.037 classificado como outros se refere a diferença entre o resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$3.797 e o recebimento de dividendos de R\$750, incorporados pela Companhia do acervo da controlada Esparta.



14. Imobilizado											
Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros	Total
Saldo em 01/01/2009 – Reapresentado	147.728	534.407	215.659	4.398	11.040	426.550	3.174	33.420	–	117.621	1.493.997
Construções / Aquisições	3.833	8.964	5.503	133	355	224.937	1.323	3.817	23.873	358	273.096
Baixas	–	(2.865)	(1.928)	(1)	(638)	–	(1.091)	–	–	(113.427)	(119.950)
Transferência para Operações Descontinuadas (*)	–	(244)	–	–	(57)	(617.055)	(139)	–	–	(2.188)	(619.683)
Saldo em 31/12/2009 – Reapresentado	151.561	540.262	219.234	4.530	10.700	34.432	3.267	37.237	23.873	2.364	1.027.460
Construções / Aquisições	477	10.091	1.163	616	493	20.811	1.496	1.658	45.074	2.269	84.148
Baixas	–	–	(12)	(26)	(45)	–	(195)	–	(1.571)	(338)	(2.187)
Saldo em 31/12/2010	152.038	550.353	220.385	5.120	11.148	55.243	4.568	38.895	67.376	4.295	1.109.421
Depreciação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 01/01/2009	–	(12.130)	(5.232)	(305)	(1.440)	–	(1.109)	–	–	(45.910)	(66.126)
Depreciação	–	(15.297)	(5.579)	(165)	(620)	–	(379)	(696)	–	(15)	(22.751)
Depreciação – Custo atribuído	–	(7.801)	(22.258)	(284)	(1.519)	–	(137)	(179)	–	(286)	(32.464)
Baixas	–	1.029	81	(5)	389	–	545	–	–	45.771	47.810
Saldo em 31/12/2009	–	(34.199)	(32.988)	(759)	(3.190)	–	(1.080)	(875)	–	(440)	(73.531)
Depreciação	–	(4.546)	(4.104)	(209)	(689)	–	(716)	(739)	–	(134)	(11.137)
Depreciação – Custo atribuído	–	(7.801)	(22.258)	(284)	(1.519)	–	(137)	(306)	–	(286)	(32.591)
Baixas	–	–	54	1	27	–	136	–	–	–	218
Saldo em 31/12/2010	–	(46.546)	(59.296)	(1.251)	(5.371)	–	(1.797)	(1.920)	–	(860)	(117.041)
Valor residual líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 01/01/2009	147.728	522.277	210.427	4.093	9.600	426.550	2.065	33.420	–	71.711	1.427.871
Saldo em 31/12/2009	151.561	506.063	186.246	3.771	7.510	34.432	2.187	36.362	23.873	1.924	953.929
Saldo em 31/12/2010	152.038	503.807	161.089	3.869	5.777	55.243	2.771	36.975	67.376	3.435	992.380

(*) Conforme descrito na nota explicativa nº 11 a) controlada Rio Verde foi classificada em 31 de dezembro de 2009 para a rubrica de “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras da controladora e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Custo atribuído (“Deemed Cost”)	Ativos do porto – Portonave	Camara Frigorífica – Portonave	UHE Salto – Rio Verde (**)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 20)	UHE Salto – Rio Verde (**)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
Ajuste ao custo atribuído em 01.01.09	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	–	552.137
Transferência para Operações Descontinuadas	–	–	(143.194)	(143.194)	(48.686)	–	–
Depreciação	(32.285)	(179)	–	(32.464)	(11.038)	–	(21.426)
Saldo em 31/12/2009	655.610	5.305	–	660.915	224.712	–	530.711
Depreciação	(32.285)	(306)	–	(32.591)	(11.081)	(1.306)	(22.816)
Saldo em 31/12/2010	(32.285)	(306)	–	(32.591)	(11.089)	(1.306)	(22.816)
Valor residual líquido	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 01/01/2009	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	–	552.137
Saldo em 31/12/2009	655.610	5.305	–	660.915	224.712	–	530.711
Saldo em 31/12/2010	623.325	4.999	–	628.324	213.631	(1.306)	507.895

(**) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 11.
Conforme descrito na nota explicativa nº 3 g) as controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICPC10 e CPC 37.

15. Intangível											
Controladora											
Consolidado											
Ágio na aquisição da											
Desenvolvimento de projetos											
Licenças de uso e softwares											
Total Controladora											
Ativos de Concessão de Rodovias											
Linhas de Transmissão											
Ágio na aquisição da Portonave											
Outros Intangíveis											
Total											
Custo	Econorte (i)	Portonave (ii)	Vessel	Esparta – Rio Gualiba	Concepa (iii)	(iv)	(v)	(vi)	(vii)	(viii)	(ix)
Saldo em 01/01/2009	41.253	123.323	–	–	–	12.378	176.954	1.289.498	15.308	–	8.327
Adições	–	–	9	–	–	8.637	8.646	187.505	86	–	6.740
Baixas	–	–	–	–	–	(11.806)	(11.806)	(329)	(1.402)	–	(935)
Transferência	–	(123.323)	–	–	–	–	355	(122.968)	–	123.323	(20)
Saldo em 31/12/2009	41.253	–	9	–	–	9.209	355	50.826	13.992	123.323	14.112
Adições	223	–	105	267	4.320	5.723	13	10.651	1.804	11.969	16.617
Baixas	–	–	–	–	–	(895)	–	(895)	–	–	(5)
Ressarcimento	–	–	–	–	–	–	–	–	(8.718)	–	(8.718)
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.886)	–	(2.886)
Saldo em 31/12/2010	41.476	–	114	267	4.320	14.037	368	60.582	4.192	135.292	30.724
Amortização	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 01/01/2009	(11.199)	(16.431)	–	–	–	–	(27.630)	(419.575)	(491)	–	(2)
Amortização	(2.333)	–	–	–	–	–	(37)	(69.348)	(1.032)	–	(4)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	1.870	–	–	1.870
Transferência	–	16.431	–	–	–	–	(81)	16.350	–	(16.431)	–
Saldo em 31/12/2009	(13.532)	–	–	–	–	–	(118)	(13.650)	(487.053)	(1.523)	(6)
Amortização	(2.334)	–	–	–	(19)	–	(61)	(2.414)	(125.466)	(656)	(2)
Reversão de amortização	–	–	–	–	–	–	–	30.001	–	–	30.001
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	2.492	–	–	2.492
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	392	–	392
Saldo em 31/12/2010	(15.866)	–	–	–	(19)	–	(179)	(16.064)	(580.026)	(1.787)	(8)
Valor residual líquido	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 01/01/2009	30.054	106.892	–	–	–	12.378	–	149.324	869.923	14.817	8.325
Saldo em 31/12/2009	27.721	–	9	–	–	9.209	237	37.176	989.621	12.469	14.106
Saldo em 31/12/2010	25.610	–	114	248	4.320	14.037	189	44.518	946.987	2.405	30.716

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021. (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$1.1.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. O montante de R\$11.969 foi registrado na rubrica de Contratos de aquisição de ativos, conforme nota explicativa nº 21. (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados. (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias conforme ICPC

17. Empréstimos e financiamentos	
Tipo de empréstimos	
Triunfo (controladora):	
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo) CDI + 2,5%
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo) CDI + 6,5%
Conta garantida – ABN Amro	Aval da diretoria
Conta garantida – ABN Amro	Aval da diretoria
Conta garantida – Santander	Sem aval
FINEP	Carta de fiança bancária
Concepa:	
Financiamento de imobilizado – Finame – BNDES	Bens objeto da operação
Financiamento de imobilizado – Bradesco	Notas promissórias (acionistas) 16,9% a 24,02% a.a.
Conta garantida – Bradesco	Notas promissórias (acionistas) CDI + 8,73% a.a.
Capital de giro – Fibra	Notas promissórias (acionistas) CDI + 6,0% a.a.
Cédula de crédito bancário – Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis) IGP-PC
Capital de giro – Santander	Subordinada
Capital de giro – Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo) 128,5% do CDI
Concer:	
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer
Financiamento de imobilizado – FINEP	Carta de fiança bancária
Cédula de crédito bancário – ABN Amro	Aval dos acionistas
Cédula de crédito bancário – ABC Brasil	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 12,68% a.a.
Cédula de crédito bancário – ABC Brasil	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 6,99% a.a.
Capital de giro – Fibra	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 6,0% a.a.
Arrendamento mercantil – Bradesco	Nota promissória
Financiamento de imobilizado – FINAME – Santander	Aval da diretoria
Capital de giro – Santander	Aval da diretoria
Portonave:	
Financiamento de imobilizado – GE Capital	Ações da Portonave, Iceport e Teconnave
Conta garantida – HSBC	Nota promissória e aval da diretoria
Conta garantida – Bradesco	Aval da diretoria
Iceport:	
Conta garantida – HSBC	Nota promissória e aval da diretoria
Conta garantida – Bradesco	Cessão de duplicatas e aval da diretoria
Conta garantida – Safra	Faturamento da Iceport
Conta garantida – Daycova	Faturamento da Iceport
Econorte:	
Cédula de crédito bancário – ABN Amro	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 2,7% a.a.
Cédula de crédito bancário – Unibanco	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 2,7% a.a.
Arrendamento mercantil – Dibens	Nota promissória
Cédula de crédito bancário – Banco do Brasil	Ações da Econorte e cessão dos direitos de propriedade da receita de arrecadação de pedágio em nome de terceiros
Conta garantida – Banco do Brasil	Sem aval
Conta garantida – BIC Banco	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 12,68% a.a.
Conta garantida – Santander	Sem aval
Rio Tibagi	
Conta garantida – Banco do Brasil	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 3,416% a.a.
Rio Gualaiba:	
Financiamento de imobilizado	Bens objeto da operação
Rio Bonito:	
Cédula de crédito bancário – Bradesco	Bens objeto da operação
Financiamento de imobilizado – Finame – Bradesco	Bens objeto da operação
Arrendamento mercantil – Bradesco	Nota promissória
Rio Verde:	
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Rio Verde
Esparta:	
Cédula de crédito bancário – Votorantim	Aval da Companhia (Triunfo) CDI + 2,93% a.a.

Parcela do circulante

Parcela do não circulante

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 está assim distribuído:

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402 – São Paulo-SP
www.triunfo.com



	Trimestres findos em					
	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
Lucro Líquido do período (originalmente divulgado)	21.163	10.337	4.832	23.893	9.285	11.426
Equivalência Patrimonial	(4.669)	(1.949)	(1.126)	(4.854)	(3.539)	(727)
Lucro Líquido do período conforme CPC's	<u>16.494</u>	<u>8.388</u>	<u>3.706</u>	<u>19.040</u>	<u>5.746</u>	<u>10.699</u>
Patrimônio Líquido (originalmente divulgado)	<u>739.266</u>	<u>728.348</u>	<u>722.843</u>	<u>828.491</u>	<u>831.833</u>	<u>833.626</u>
Ajuste de saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009						
Ajuste de avaliação patrimonial	541.423	546.780	552.137	519.915	525.313	530.711
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(5.357)	(5.357)	(5.357)	(6.052)	(5.398)	(5.398)
Descapitalização de despesas	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)
Reconhecimento de equivalência negativa	(22.845)	(22.845)	(22.845)	–	–	–
Ajustes no resultado do período	688	3.408	4.231	1.198	1.859	4.671
Ajustes de CPC's em 31 de dezembro de 2009	–	–	–	10.136	10.136	10.136
Patrimônio Líquido conforme CPC's	<u>1.249.782</u>	<u>1.246.941</u>	<u>1.247.616</u>	<u>1.350.296</u>	<u>1.360.350</u>	<u>1.370.353</u>
	Trimestres findos em					
	30/09/2009	30/06/2009	31/03/2009	30/09/2010	30/06/2010	31/03/2010
Lucro Líquido do período (originalmente divulgado)	40.993	31.352	11.133	25.253	10.003	14.450
Receita de construção	40.713	22.417	8.938	45.862	27.103	14.259
Custo de construção	(40.713)	(22.417)	(8.938)	(45.862)	(27.103)	(14.259)
Provisão para manutenção	(11.141)	(6.828)	(3.414)	(5.842)	(4.004)	(2.002)
Despesa financeira – AVP	(153)	(102)	(51)	(930)	(620)	(310)
Estorno de amortização de intangíveis	31.435	22.119	10.830	23.105	14.394	8.776
Ajuste ao custo atribuído	(24.349)	(16.232)	(8.116)	(25.527)	(16.358)	(8.179)
IR e CS diferidos	1.432	356	256	3.128	2.241	584
Resultado de Participações a comercializar	(1.893)	(1.262)	(631)	1.212	808	404
Lucro Líquido do período conforme CPC's	<u>36.324</u>	<u>29.403</u>	<u>10.007</u>	<u>20.399</u>	<u>6.464</u>	<u>13.723</u>
Patrimônio Líquido (originalmente divulgado)	<u>736.745</u>	<u>727.012</u>	<u>704.672</u>	<u>827.943</u>	<u>830.691</u>	<u>834.742</u>
Ajuste de saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009						
Ajuste de avaliação patrimonial	541.423	546.780	552.137	519.915	525.313	530.711
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(5.357)	(5.357)	(5.357)	(6.052)	(5.398)	(5.398)
Descapitalização de despesas	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)	(3.393)
Ajustes no resultado do período	688	3.408	4.231	1.198	1.859	4.671
Ajustes de CPC's em 31 de dezembro de 2009	–	–	–	10.136	10.136	10.136
Participação de acionistas não controladores	29.947	29.955	29.963	38.944	32.788	33.368
Patrimônio Líquido conforme CPC's	<u>1.300.053</u>	<u>1.298.405</u>	<u>1.282.253</u>	<u>1.388.691</u>	<u>1.391.996</u>	<u>1.404.837</u>

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Triunfo Participações e Investimentos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., desta mesma data, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2011

Edson Hatamura
Presidente

Bruno Shigueyoshi Oshiro

Victor L. Rocha Azevedo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa 2.1 b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Triunfo Participações e Investimentos S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo 28 de março de 2011



Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6

Luciano Neris
Contador
CRC 1PA 007.729/O-8-S-SP